



História versus Ciência Moderna: Um Debate Sobre Método e Verdade

Pepita de Souza Afiune¹

Resumo: O presente artigo propõe um debate no âmbito da Teoria da História, analisando os desafios desta disciplina no seu campo de trabalho em relação às suas áreas adjacentes e de que forma a mesma, desde o século XVIII, tem se relacionado com a Ciência Moderna, que a partir deste momento emergiu como a principal referência para o conhecimento ocidental. Após os seus embriões epistemológicos e a sua formalização como disciplina científica no século XIX, a História passa por acalorados debates ao se deparar com mudanças significativas na ciência no decorrer do século XX.

Palavras-Chave: Ciência Moderna. Pós-Modernidade. Teoria da História. Narrativa.

History versus Modern Science: A Debate on Method and Truth

Abstract: This article proposes a debate in the scope of History Theory, analyzing the challenges of this discipline in its field of work in relation to its adjacent areas and how, since the eighteenth century, it has been related to Modern Science, which from this moment emerged as the main reference for Western knowledge. After its epistemological embryos and its formalization as a scientific discipline in the nineteenth century, history goes through heated debates when faced with significant changes in science during the twentieth century.

Keywords: Modern Science. Postmodernity. History Theory. Narrative.

Introdução

A Revolução Científica² que se inicia no século XVI, possibilitou um casamento entre o racionalismo e o empirismo, propondo uma nova forma de perceber a realidade. O experimento, a quantificação e o controle constituíram os parâmetros de uma visão de mundo que não encontrava espaço no bojo do pensamento medieval. O pensamento medieval acreditava que todos os acontecimentos se creditavam a um objetivo divino, centrando o universo na figura de Deus e entendendo o tempo como algo cíclico. Assim, a Ciência Moderna contestou o pensamento medieval, procurando observar toda a conjuntura do universo.

O homem passou a buscar incessantemente o conhecimento através da ciência, da tecnologia, da experimentação e da comprovação dos fatos. Vale a pena ressaltar que o homem medieval acreditava que conhecia bem a natureza, porém, a revolução científica alocou esse conhecimento medieval no campo do hermetismo ou do animismo.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG). Mestre em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado pela Universidade Estadual de Goiás (PPGTECCER). Bolsista CAPES/FAPEG.

² Termo criado em 1939 pelo filósofo Alexandre Koyré.



O progresso científico na história humana assinalou um processo de intelectualização e racionalização no mundo. O objetivo seria empregar a técnica e a previsão para compreender a realidade, acreditando que tudo pode ser dominado pelo cálculo. Assim, a ciência, que até então estava mais atrelada à Filosofia e à Teologia, se reformulou, prosperando e estabelecendo um monopólio frente ao conhecimento. Começou a aplicar o empirismo como um método mais seguro para as suas constatações (em relação às experiências científicas anteriores, vistas agora como conhecimentos pseudocientíficos) e mostrar as suas bases de pensamento, firmadas no Renascimento, no Humanismo e no Cartesianismo.

É imperativo lembrarmos que o século XVIII foi um período marcado pela necessidade iluminista de questionar o poder da igreja e dos reis absolutistas. Todavia, mantiveram a fusão entre a História e a Filosofia. O Historiador até então não era reconhecido como um profissional. Isso só ocorreu no século XIX.

A Filosofia tornou-se uma teoria do conhecimento, ou uma teoria sobre a capacidade e a possibilidade humana de conhecer, e uma ética, ou estudo das condições de possibilidade da ação moral enquanto realizada por liberdade e por dever. Com isso, a Filosofia deixava de ser conhecimento do mundo em si e tornava-se apenas conhecimento do homem enquanto ser racional e moral (CHAUÍ, 2000, p. 65).

Portanto, propomos três momentos de discussão, que em primeiro lugar ganha destaque a análise dos caminhos percorridos pela História enquanto área do conhecimento, perpassando pela aceitação de sua aderência ao campo científico, por parte da modernidade e as suas bases epistemológicas. Procuramos no segundo momento suscitar o debate sobre a busca pela verdade³ e a narrativa na historiografia, que serão de extrema importância para compreendermos de que forma a disciplina tentou se firmar como um conhecimento empírico e baseado no método científico. E por fim, pretendemos compreender de que forma a Ciência Moderna e a História irão se relacionar, quando a primeira passa por mudanças profundas no decorrer do século XX, dentro do contexto em que muitos teóricos denominaram de Pós-Modernidade. A Pós-Modernidade tomada isoladamente já causa um grande debate entre diversos campos, em que muitos descredita a sua conjectura.

Desta forma, temos uma problematização a ser desenvolvida através de um debate teórico pautado na História Cultural, que marcou o momento crucial da produção historiográfica no século

³ Quando falamos em “verdade” temos que lembrar que o conhecimento é infinito, e que cada verdade é apenas uma verdade parcial e relativa (SCHAFF, 1995).



XX, iniciando um período de intensas mudanças epistemológicas. Esse debate não se esgotou e nem deve, pois, a necessidade de superar determinados paradigmas ainda se faz presente.

O Nascimento da História como uma Disciplina Científica

O historiador francês Gabriel Monod alcunhou o século XIX de “o século da História”. O surgimento da Escola Metódica (sendo este historiador um de seus fundadores em 1876) marcou este período, já que foi graças às suas publicações⁴, que a História começou a ser concebida como ciência e se profissionalizou. Não só a História, mas suas irmãs das Ciências Humanas se desenvolveram muito ao longo deste século. Elas precisavam desenvolver seus estudos baseando-se em critérios que lhe garantissem uma respeitabilidade científica, emprestando das ciências naturais seus métodos e técnicas. Aplicando métodos rigorosos de pesquisa, os historiadores franceses se distanciariam de seu romantismo.

O Positivismo de Auguste Comte, influenciado pelo Iluminismo, propôs um estudo científico da história humana, já que para ser considerada ciência, a História deveria também empregar métodos científicos válidos, como a observação e o empirismo. Assim, o Positivismo estabeleceu leis que deveriam reger as relações entre os indivíduos e a sociedade, compreendendo os processos para se procurar estabelecer determinadas previsões. Auguste Comte criou a “Lei dos Três Estados”, em que o homem estaria se desenvolvendo em três estágios: teológico, metafísico e o positivo, sendo este último, o estágio ideal, em que o homem submeteu a imaginação à observação, buscando apenas o concreto e/ou o real.

Marilena Chauí aponta que o conhecimento alocado ao campo da imaginação, como o mito, foi subestimado e atribuído às culturas consideradas pelas epistemes etnocêntricas como inferiores. A racionalidade por sua vez, só poderia ser artefato dos povos civilizados.

A tradição filosófica, sobretudo a partir do século XVIII (com a filosofia da Ilustração) e do século XIX (com a filosofia da história de Hegel e o positivismo de Comte), afirmava que do mito à lógica havia uma evolução do espírito humano, isto é, o mito era uma fase ou etapa do espírito humano e da civilização que antecedia o advento da lógica ou do pensamento lógico, considerado a etapa posterior e evoluída do pensamento e da civilização. Essa tradição filosófica fez crer que o mito pertenceria a culturas “inferiores”, “primitivas” ou “atrasadas”, enquanto o pensamento lógico ou racional pertenceria a culturas “superiores”, “civilizadas” e “adiantadas” (CHAUÍ, 2000, p. 203).

⁴ A Revista História (1876), influenciada pela historiografia alemã, aplicava seus métodos científicos, como a crítica de fontes, elaboração de instrumentos de pesquisa, imparcialidade na pesquisa e prioridade de documentos escritos.



O surgimento dos críticos de fontes históricas, como é o caso de Lorenzo Valla, implicou na importância do documento escrito como fonte primária no momento de se criar a escrita histórica. A busca pela autenticidade dos documentos sagrados, desde o século XVII com a figura do antiquarista, que posteriormente gerou a diplomática, influenciou as aplicações do método de crítica documental posteriores.

Os próprios adeptos da Escola Metódica se enxergavam como cientistas, e afirmavam que os seus trabalhos não estavam relacionados à literatura ou à arte. Eram metódicos porque assim o faziam no seu ofício, aplicando rigor às suas fontes de pesquisa e realizando a crítica documental. Uma vez admitida como ciência no século XIX, a História iniciou a sua dedicação à pesquisa empírica, sem deixar de carregar suas heranças, assim apontadas por Pascal Payen (2011): História Humanista; História *magistra vitae*; História como gênero retórico; História erudita; História filosófica.

História e Narrativa

A relação entre a História e a verdade tem sido debatida na historiografia, a partir da qual Reinhart Koselleck (2006) nos mostra que o conhecimento histórico é relativo, pois é condicionado por um ponto de vista. Parcialidade e objetividade excluem-se mutuamente, por isso o historiador deve abster-se de suas subjetividades e esquivar-se do realismo ingênuo, assim como Koselleck (2006, p. 164) nos mostra através da metáfora do espelho: “a imagem que o historiador, semelhante a um espelho, deve refletir não deve ser deturpada, empalidecida ou deformada”.

Segundo Koselleck (2006) os intelectuais anteriores à cientificidade histórica consideravam a influência que o narrador possuía sobre os fatos. A História foi associada à poética e à estética, o que levou à necessidade de considerar que o narrador possui uma produção criativa. A partir da cientificidade da História, o historiador passou a interrogar suas testemunhas, levando em conta os seus depoimentos, atribuindo-lhes uma certa hierarquia.

Neste processo, sabemos que o seu ponto de vista exerce influência sobre a representação dos fatos. Não apenas os depoimentos orais, mas todas as fontes catalogadas pelo historiador, passam por esse processo de análise para a produção histórica, por sua vez, carregada de hipóteses e pressupostos. O historiador, portanto, arrisca proposições.

O critério da imparcialidade, indispensável para a metodologia da investigação histórica, não desobriga o historiador de tornar palpáveis os critérios para isolar o "essencial". Entretanto,



desde a Revolução Francesa, tal coisa passou a ser impossível sem uma teoria do tempo histórico, da qual o historiador faça uso consciente ou inconsciente (KOSELLECK, 2006, p. 181).

As fontes têm também o poder de veto. A busca por falsificações pode ser realizada por meio das críticas de fontes. Assim, elas podem nos impedir de cometer erros, mas não nos revelam claramente o que devemos escrever.

Roger Chartier (2002) aponta que a produção historiográfica ligada ao exercício da crítica documental e ao manejo de técnicas de análise dos materiais históricos fez com que a História se distinguisse da ficção e fosse validada como uma reconstituição objetiva do passado conhecido através de vestígios. Mas não bastava assegurar a objetividade das técnicas próprias de cada disciplina para eliminar as incertezas inerentes ao estatuto do conhecimento que ela produz.

Formulamos assim o problema da história como relato verídico, ao colocar simultaneamente, todo um conjunto de questões que dizem respeito quanto a pertinência e a representatividade dos vestígios acessíveis, como a maneira de articular a relação entre representações das práticas e práticas de representação (CHARTIER, 2002, p. 86).

A relação controversa entre o discurso do historiador e a realidade é também debatido por Berbert Júnior (2017, p. 16), que afirma que o discurso do historiador não pode ser reduzido a um simples reflexo da realidade, à medida que é intrínseco ao seu trabalho recorrer a elementos da narrativa. Assim, os desafios epistemológicos da História estão imbricados entre dois conceitos: representação e significado.

Por um lado, a representação é inerente ao conhecimento histórico, por outro, a ideia de representação pode suscitar concomitantemente críticas por parecer distanciar-se do real. Chartier (2011) contribui significativamente para este debate, com a sua discussão acerca do estatuto de verdade da narrativa histórica, que constituiria em um contrato assumido entre a escrita da história e o leitor quanto a aceitação desta como verdadeira. O conhecimento histórico também é um conhecimento científico. Contudo, mesmo fundado na razão, o historiador também recorre a literatura, à ficção. Chartier (2011, p. 354) apresenta uma pergunta fundamental: Qual a modalidade da verdade do discurso histórico? O que nos conduz a encontrar elementos da ficção na escrita da história?

A resposta começa por aqui: a prática da escrita histórica é uma produção de uma textualidade, e de um discurso. Ela foi situada na classe das narrativas por Michel de Certeau e Paul Ricoeur. Essa constatação da história como narrativa na verdade não era muito evidente para os



historiadores, em prol da história das estruturas. A história em sua tentativa de legitimidade científica, pensava ter conseguido essa ruptura com a narrativa e com as “perigosas seduções da narrativa” (CHARTIER, 2011, p. 356).

Paul Ricoeur (apud CHARTIER, 2011, p. 356) nos mostra que a história factual, estrutural e quantitativa, precisa entender que também depende de estruturas narrativas. Porque há um manejo de figuras e fórmulas que são também da ficção e da retórica no momento da escrita. Algumas escolhas feitas pelo historiador como a utilização de tempos verbais, utilizar a primeira pessoa no discurso, uso de citações, gráficos e outras fontes, são recursos que provam isso.

Adam Schaff (1995) acrescenta que o historiador não é só incapaz de resgatar todos os fatos, procedendo a uma seleção no meio deles, mas que não está em condições de tratar a fundo nenhum fato, isto é, não pode alcançar a plena realidade. Ele pode formular asserções a respeito de todos os fatos, ações e pensamentos. Mas ele escolherá certas asserções em detrimento de outras, tendo que fazer escolhas. O fato por si só não pode dizer nada, é o historiador que lhe atribui o significado. Então podemos entender que essa ação de atribuição de significado é intrínseca à narrativa.

Nesta mesma perspectiva, Hayden White (apud CHARTIER, 2011, p. 359) identifica quatro figuras do discurso, a partir da retórica neoclássica: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Quer dizer, a escolha das fontes, dos objetos, a forma como se irá desenvolver o texto, tudo isso influenciará na produção textual do historiador. Mas é justamente aí que está a questão, porque Chartier (2011, p. 359) questiona: Por que a história ignorou ou rejeitou seu pertencimento à classe das narrativas?

O que podemos dizer primeiro é que a narrativa seria um obstáculo à cientificidade da História, como debatemos anteriormente, no momento em que a História se firma como uma ciência. Segundo, porque “no modelo antigo da história, tampouco se levava em consideração a narrativa, porque a história era então um recolhimento de exemplos e pertencia ao gênero do discurso de persuasão, construído a partir da *copia verborum ac rerum*⁵ (2011, p. 360)”.

Indagamos mais uma vez: E quando se trata com diversas fontes, como as orais, elas não são manipuladas por parte dos sujeitos históricos? E o indivíduo entrevistado não manipula seu discurso? E as escritas? Também não o fazem?

⁵ Vide “*De Copia verborum ac rerum*”, Erasmo de Roterdã (1512).



Para procurarmos esclarecer essas indagações, recorremos a Chartier para citar um exemplo de um historiador alemão, Hans Medick, que publicou uma obra baseada em fontes falsas, utilizadas como autênticas. Isso pode ser feito de forma inconsciente por parte do historiador, mas também pode ser inconsciente por parte do próprio indivíduo pesquisado. “O historiador, ele mesmo vítima de uma falsificação, retorna assim ao falso que o enganou” (2011, p. 364). Por outro lado, também cresceu o método crítico para investigar os falsários. Assim se reforça o estatuto de verdade do conhecimento histórico para desmascarar o que é falso. Se estabeleceram critérios objetivos que permitem distinguir o que é confiável ou inválido.

Paul Ricoeur (2007, p. 332) aponta que há uma pretensão da História em realizar um exame crítico da credibilidade de suas fontes e testemunhas, comparando o ofício de um historiador ao de um juiz. O historiador recolhe as fontes, confronta umas com as outras, se preocupando com a oralidade do testemunho, buscando erros, sinais de inautenticidade e incoerências. Isto é, tanto o historiador quanto o juiz, na sua opinião, teriam se tornado peritos na exibição de falsários.

O exemplo colocado por Chartier (2011, p. 364) é conveniente para entendermos essa questão, que é o caso do crânio de Piltdown (região na Inglaterra), que teria sido encontrado em escavações pelo arqueólogo Charles Dawson. Seria o elo entre o macaco e o homem. Em 1953 foi declarado como fraude. O crânio foi manipulado, era um crânio humano, moderno, com mandíbulas e dentes de orangotango e chimpanzé. Os ossos foram tratados com produtos químicos para indicar envelhecimento. Então a partir daí podemos questionar também se a história pode estabelecer uma ordem de conhecimento controlável e verificável.

Bem, primeiramente, temos que lembrar que o historiador ao questionar documentos e indícios, realiza um ato de interpretar, lembrando que sempre é possível interpretar de outra forma um mesmo fato. Para Paul Ricoeur, os agentes históricos e os historiadores partilham de um campo de práticas e de experiências suficientemente comum para que o conhecimento do primeiro pelo segundo seja possível. Na condição de herdeiros do passado que os historiadores se situam, de alguma forma, o passado se perpetua no presente e assim o afeta. Então temos um paradoxo, de um lado, os historiadores que acreditam que há uma descontinuidade, e do outro lado, os que acreditam haver possibilidade desse conhecimento histórico. Hayden White (apud BERBERT JUNIOR, 2017): compreende que:



O recente debate sobre a natureza da narrativa histórica foi conduzido em termos da adequação da forma do discurso literário na representação da realidade. Teóricos da História como os *annalistes*, que estavam interessados em transformar a historiografia em ciência, puderam legitimamente indicar que as ciências naturais tiveram pouco interesse na narrativa como um propósito do seu empreendimento [...] De acordo com esta visão, a predominância de qualquer interesse na narrativa no interior de uma disciplina que aspira ao *status* de ciência era, à primeira vista, evidência do seu caráter protocientífico, para não mencionar sua natureza manifestamente mítica ou ideológica (HAYDEN apud BERBERT JUNIOR, 2017, p. 19).

De acordo Albuquerque Júnior (2007, p. 12), essa aproximação da História com elementos da Literatura – a narrativa – causou questionamentos quanto ao caráter científico da história. A questão da verdade na história também é impactada por essa discussão, que nos leva a distinção entre fato e ficção. Fato estava ligado a história, e ficção à literatura. Mas o autor defende o caráter artístico da história, do seu caráter poético e literário, que ambas precisam caminhar juntas.

Segundo Paul Ricoeur (1994, p. 125) mesmo que a narrativa histórica reivindique uma relação mais estreita com a realidade empírica, pois ela visa abordar fatos que efetivamente ocorreram, “a ficção se inspiraria tanto na história quanto a história na ficção”. Uma inspiração recíproca anula a visão positivista de que não existe participação da ficção na narrativa histórica.

A partir dos anos 60, Albuquerque Júnior (2007, p. 48) relata que há um retorno da preocupação dos historiadores com a questão da narrativa, da escrita da história, de como esta participa da própria elaboração do fato, tanto quanto a recepção do texto, vai levando a esta ênfase na dimensão ficcional e poética, ou seja, a dimensão inventiva do discurso do historiador. Os historiadores começaram a repensar o estatuto de seu próprio saber, os limites e as fronteiras que deveriam ter seu discurso. Tornaram-se debates acalorados sobre o chamado “retorno da narrativa”.

A história passa a se questionar como discurso, sobre como se dá a produção de sentido neste campo. A construção do texto histórico na verdade advém de um processo no qual as fontes são decifradas, resgatadas e interpretadas pelo discurso do historiador. Cabe a ele ir ao passado e interrogar as evidências que o acontecimento deixou, com as perguntas adequadas, munido dos conceitos e métodos apropriados. Inclusive esse trabalho de mediação do historiador é fundamental na perspectiva de Albuquerque Júnior, já que o historiador é o responsável em efetuar a mediação entre os tempos, sabendo diferenciar elementos da sua atualidade, e elementos do passado, realizando uma tarefa de intuição e tradução. E o seu principal instrumento nesse momento será a narrativa, o recurso fundamental de mediação.



História e Pós-Modernidade

Conjecturamos no decorrer da segunda metade do século XX um rompimento com o paradigma moderno e o surgimento de um novo paradigma por sua vez controverso entre os teóricos – o pós-moderno. Tem como os principais expoentes Jean-François Lyotard, Jean Baudrillard, Fredric Jameson, Richard Rorty e Gianni Vattimo, que realizaram uma crítica às metanarrativas modernas, pautadas no progressismo, modernismo e racionalidade, celebrando o fim da utopia, fazendo paródias ou pastiches na estética, aplicando os princípios da pluralidade, e debatendo o sincretismo cultural, à partir da crítica ao universalismo, à linearidade e às hierarquias (SANTOS, 2008).

Albuquerque Júnior (2007, p. 55) entende a Pós-modernidade como fruto dos debates no campo da estética realizados na década de cinquenta, quando foi se ampliando para outros setores, atingindo todas as experiências culturais. Ele acredita que embora a Pós-modernidade seja encarada por muitos teóricos como uma decadência momentânea da modernidade, ou um estilo artístico, realizando críticas das vanguardas modernistas, define a Pós-modernidade como a nossa própria condição histórica. Para Machado (2003) há uma coexistência entre a modernidade e a Pós-modernidade, uma vez que esta última é compreendida dentro da historiografia como a quebra dos paradigmas que engessaram a História como linear e teleológica. A pós-modernidade na perspectiva deste autor, seria um processo de reação à crise provocada pelos problemas da modernidade. O questionamento feito pelo paradigma pós-moderno estava relacionado ao lugar e a função da narrativa na produção historiográfica. Porque até então, podemos dizer que o paradigma moderno admitia apenas o trabalho da História com documentos oficiais (BERBERT JÚNIOR, 2017, p. 10).

Jean-François Lyotard abordou o tema em 1979 ao considerar uma sociedade pós-industrial afetada por mudanças na ciência e nas artes, processo que se embriona no final do século XIX, estando mais visível no século XX, a partir da década de cinquenta. A pós-modernidade provocou uma intensa discussão nas ciências humanas e sociais na década de setenta, quando muitos teóricos publicaram obras a respeito do debate sobre o termo. O autor caracteriza a Pós-modernidade como um conjunto de transformações socioculturais ocorrida com a crise dos grandes relatos do século XIX. Lyotard (2009, p. 7) esclarece que há uma crítica dos metadiscursos modernos, como “verdade”, “sujeito”, “ordem” e “progresso”. A Pós-modernidade desconstrói estes discursos, como uma superação das metanarrativas características da modernidade, como as grandes ideias clássicas e instituições



ocidentais. A ciência não poderia mais estabelecer um monopólio sobre a verdade frente aos demais conhecimentos.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 15) os próprios cientistas durante o século XX perceberam que os paradigmas modernos ocidentais não se aplicavam mais na prática científica. Essa desconstrução paradigmática propôs uma nova primazia pelo conhecimento, para superar as velhas dicotomias, como natureza / sociedade, conhecimento científico / saberes tradicionais. A Pós-modernidade já foi pensada como uma recusa total de todos os preceitos ocidentais modernos e sua racionalidade. “Por essa via, a crítica da modernidade redundava paradoxalmente na celebração da sociedade que ela tinha conformado” (SOUSA SANTOS, 2008, p. 17).

Boaventura (2008) também critica o emprego do termo pós-moderno, pois acredita que ele supõe uma sequência temporal e uma negação da modernidade. Devido aos desenvolvimentos científicos não serem homogêneos no mundo, a Pós-modernidade só poderia ser privilégio daqueles que tiveram a plenitude da modernidade. Existem modernidades alternativas, devido às diferenças históricas entre os países. Para o autor, os pós-modernos são tão desesperados e melancólicos que estão repletos de estereótipos a respeito dos países do Sul. Mas, ele admite que as concepções pós-modernas e pós-estruturalistas contribuíram para a emergência do pós-colonialismo (p. 21).

Ortega y Gasset (1982, p. 29) debatem que a geração do século XIX foi a última que vivenciou o ciclo iniciado desde o fim do século XVI, que se caracteriza pela fé na razão, em um estado coletivo de crença. O racionalismo da Idade Moderna, estaria se findando na contemporaneidade. O estado de espírito cartesiano, que premeditava tudo que havia no Universo, acreditava saber a verdade sobre tudo. É como se a razão fosse, ironicamente, um poder mágico que poderia extrair toda a essência do Universo, o que levaria o homem a crer que estaria sobre o controle. Podemos perceber que na verdade houve uma substituição de uma fé por outra. Na Idade Média, todo o mistério que o mundo parecia ter frente ao homem, caiu em progressiva decadência. Por isso, o Iluminismo surge como uma nova fé, “o homem recaído renasce” (ORTEGA y GASSET, 1982, p. 31).

Paul Ricoeur (2007, p. 312) acrescenta que a ideia de modernidade seria uma novidade, implicando um desprezo pelos tempos anteriores, assim tachados como ultrapassados. O século das luzes fez a Idade Média parecer “trevas”. Seria uma oposição do “antiquado” ao “moderno”.



Inclusive, o autor nos chama a atenção para o emprego do termo – modernidade. Nós temos a nossa modernidade, mas os outros tiveram a sua própria modernidade. Mas na Europa, foi utilizado como uma forma de ruptura com o passado, designando o período do triunfo da razão sobre a fé. De fato, a modernidade é ao mesmo tempo autovalorizadora e autorreferencial. Ela caracteriza a si mesma como uma época superior.

O local no qual queremos chegar fazendo esse retorno juntamente a Ortega y Gasset e Ricouer, é que essa fé na ciência agora passa de uma fé viva para uma fé inerte (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 32). A ciência se encontra em perigo. “O homem não está hoje ajoelhado diante da ciência como se fosse uma entidade mágica. [...] Não nega nem desconhece seu maravilhoso poder, o seu triunfo sobre a natureza” (ORTEGA Y GASSET, 1982, p. 33). Devido a sua ineficiência parcial e falha, pelo fato de não ter conseguido decifrar os maiores enigmas do Universo e do próprio homem, a ciência moderna se encontrou no século XX, ameaçada.

A ciência tal como fora tratada pelo Ocidente, como o “único verdadeiro triunfo do pensamento, o triunfo inteligível e da coerência universal” (MOLES, 1995, p. 16) não nos satisfaz quanto ao impreciso e os fenômenos vagos⁶, pois, conforme Moles, ela se afastou dos fenômenos difíceis de se manipular com os instrumentos que se dispunha. Durante o século XIX a ciência se esforçou para se livrar de toda a imprecisão da ciência medieval, para impor o racional diante das “falsas ciências”.

A ciência originada com o Iluminismo acreditava que quanto mais o homem conhecesse o mundo, mais ele poderia controlá-lo e mais estaria caminhando para uma plena certeza. O que ela não previu foi que esse processo de busca pelo conhecimento poderia levar a um processo reverso, a incerteza sobre o mundo. Vários conhecimentos começaram a reivindicar espaço frente aos domínios da ciência ortodoxa, que até então seria a detentora de todas as “certezas” (GIDDENS, 1991, p. 220).

Para Giddens (1991, p. 220 - 223) a Pós-modernidade representaria uma nova ordem social fundamentada em um momento de incerteza entre vários intelectuais. Isso ocorre porque a modernidade, baseada nos preceitos iluministas ao defender a razão, substituiu uma “certeza” por outra, ao substituir a fé pela razão. A Pós-modernidade já não demonstrou qualquer tipo de certeza. Em um processo autorreflexivo, ela acarretou a consciência da incerteza. Giddens (1991) caracteriza

⁶ “Fenômenos vagos porque o erro provável em sua determinação é grande” (MOLES, 1995, p. 18).



a Pós-modernidade como um conjunto de descontinuidades, não podendo ser considerada consequência ou uma mera sucessão da modernidade. Contudo, ele considera evidentes as transformações que têm ocorrido a partir da segunda metade do século XX. Já o termo pós-modernismo é ligado à literatura e às artes plásticas, como uma forma de reflexão estética.

Então procuramos entender juntamente a Albuquerque Júnior (2007, p. 55-56) que a Pós-modernidade como uma nova condição histórica, é um conhecimento que não pode mais ser produzido a partir dos mesmos paradigmas⁷ e métodos com os quais se faziam a História na modernidade. Essas mudanças de paradigmas rompem com as categorias próprias da modernidade, e neste contexto, a própria História, como uma dessas metanarrativas, também se encontrou em crise.

Considerações Finais

Procuramos desenvolver uma análise sintética do caminho percorrido pela História como disciplina, realizando um recorte a partir do período em que se percebe na Europa, o surgimento de uma episteme baseada na razão, em substituição da religiosidade medieval. A escolha desse ponto de partida teve como objetivo refletir que esse foi um período de grande ruptura epistemológica, e portanto, impactou todos os campos do conhecimento, a começar pela ciência moderna que se estabelece como a principal detentora do conhecimento.

A História procurou desta forma, se enquadrar dentro desses padrões metodológicos cientificistas, para ser aceita perante os demais campos. A partir do século XIX, foi admitida como uma disciplina, pretensamente científica. O conhecimento histórico tornou-se assim, uma metodologia restrita a documentos e vestígios plausíveis, que também precisavam ser submetidos a análises procurando inautenticidades. Corroborando para um ideal positivista, a História lutou também contra as “ameaças” da narrativa, à medida em que a mesma poderia imprimir-lhe um caráter ficcional que decorreria contra o seu compromisso com a verdade.

No decorrer do século XX, com a conjectura da Pós-modernidade, percebemos que acontece um novo momento de ruptura, porém, dessa vez, o divórcio aconteceu com o cientificismo e o

⁷ Reinhart Koselleck (2006) contribuiu para a história dos conceitos na historiografia, entendendo que o tempo é uma construção cultural, e questionando a modernidade como parâmetro universal. O autor nos atenta que desde o século XVIII o termo ‘História’ foi empregado no singular para designar uma unificação dos acontecimentos em toda a história da humanidade, perpassando por um único processo temporal, empregando uma concepção eurocêntrica de progresso. Não se pode exigir um único tempo histórico para todas as sociedades existentes nos diversos espaços e tempos.



racionalismo moderno. Em vista deste momento de desconstrução de paradigmas, o conhecimento histórico foi objeto de acalorados debates em relação ao retorno da narrativa. Pois, estando livre das exigências da cientificidade, a História poderia mostrar que tudo é fonte de historicidade. A tarefa do historiador neste momento, torna-se muito importante no sentido de trazer uma autorreflexão acerca do seu ofício, pois as fontes históricas agora são diversas.

A História enquanto discurso de desconstrução nos mostra que ela está intrinsecamente ligada à imaginação como artefato de seu trabalho. Ela pode e deve trabalhar com novas linguagens, produzindo novos conceitos e atuando em parceria com seus adjacentes, apesar de que não foi o nosso objetivo refletir a respeito dessa relação entre História e a Sociologia, ou a Antropologia. Contudo, procuramos neste breve artigo entender objetivamente que a História esteve intimamente dependente das oscilações da ciência moderna, porque quando esta última decai em descrédito, vislumbramos o surgimento de um novo processo que modificou profundamente os procedimentos historiográficos, flexibilizando-se e pautando-se na estética.

Podemos sintetizar todo esse caminho percorrido pela História, que aqui debatemos ao longo deste artigo, a partir do que o historiador Eliézer C. de Oliveira escreve em sua obra *Estética da Catástrofe*, a respeito de Clio:

Ao longo de milênios, aproveitando a sua imortalidade, que lhe possibilitava adaptar-se às mais diversas situações, Clio teve vários maridos. Casou-se com o cristianismo, tornando-se carola e preocupada em mostrar aos homens o caminho da salvação. No século XVIII, Clio cansou-se de religião, casou-se com os filósofos iluministas, vivendo uma época glamorosa de festas grandiosas [...] Durou pouco o casamento: no século XIX, Clio casou-se com o Estado, mais sisudo do que os filósofos, mas bem mais poderoso e rico. [...] No século XX, as roupas de Clio ficaram manchadas de sangue. Com a consciência pesada, divorciou-se do Estado, embora ainda aceite suas pensões e o emprego de professora. Teve envolvimento efêmeros com cientistas, sociólogos, economistas e antropólogos. Ainda não decidiu se casar de novo, talvez em razão de o casamento estar fora de moda nesses tempos pós-modernos [...] (OLIVEIRA, 2008, p. 13).

Esperamos então que Clio, após essa longa caminhada, possa se desvencilhar das amarras científicas, em um processo de autorreflexão, admitindo que o mundo e a realidade humana são muito mais subjetivos do que se podia pressupor e que eles não podem ser enquadrados em obsoletos modelos. Enquanto isso, nós historiadores, cuidamos de seus filhos, decorrências de seus antigos casamentos, que nos permitiram novos olhares acerca de nosso passado.



Referências

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval de Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de Teoria da História. Bauru/SP: Edusc, 2007.
- BERBERT JÚNIOR, Carlos Oiti. **A história, a retórica e a crise dos paradigmas**. 2ª ed. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2ª ed. Trad. Maria Manuela de Galhardo. Alges/Portugal: DIFEL, 2002.
- CHARTIER, Roger. A verdade entre a ficção e a história. In: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó/SC: Argos, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rev. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Posfácio por Silviano Santiago. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MACHADO, Sandra Maria Chaves. **Umbanda: Reencantamento na Pós-Modernidade?** 2003. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/956>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2018.
- MOLES, Abraham A. Introdução. A racionalidade pobre e científicidade mínima. In: **As ciências do impreciso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **Estética da Catástrofe: cultura e sensibilidades**. Goiânia: Ed. da PUC, 2008.
- ORTEGA Y GASSET, José. **História como sistema: Mirabeau ou o político**. Trad. de Juan A. Gili Sobrinho e Elizabeth Hanna Côrtes Costa. Brasília: UnB, 1982.
- PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? **História da Historiografia**, n. 6, Ouro Preto, mar. 2011. p. 103-122. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/download/250/180>>. Acesso em: 17 de julho de 2018.
- RICOEUR, Paul. A condição histórica (parte III). In: **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et. al.]. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007, p. 303-421.
- RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. A tríplice mimese. In: **Tempo e narrativa (Tomo 1)**. Tradução Constança Marcondes Cesar. Campinas/SP: Papyrus, 1994.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. **Travessias: Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**, n. 6/7.



Coimbra/Portugal: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/43227/1/Do%20pos-moderno%20ao%20pos-colonial.pdf>>. Acesso em 19 de janeiro de 2018.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. Tradução de Maria Paula Duarte. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.